

ANEXO I

A desestruturação dos prédios das regionais, a continuidade de projetos de terceirização e os riscos para o fortalecimento do Serpro público

Vivenciamos anos de profundas ameaças à existência da nossa empresa por diversos motivos como a ausência de concurso público por dez anos, administração voltada a fazer caixa através da penalização aos trabalhadores, que não receberam por vários anos sequer o reajuste das perdas salariais e perderam direitos no Acordo Coletivo de Trabalho. Isso estimulou a saída de muitos deles da empresa através de PDVs e na busca de outro emprego com condições melhores, especialmente em meio a pandemia em que o mercado de TI ficou superaquecido em nível nacional e internacional. Todas estas medidas tinham um firme propósito de preparar a privatização, que só não aconteceu por dificuldades dentro do governo, o advento da pandemia (comprovando o papel essencial das estatais na implementação de políticas públicas) e pela forte resistência dos trabalhadores, especialmente com a greve de 2022 que atrapalhou o andamento das medidas que a direção da empresa e o governo estavam implementando, para entregar o Serpro para o ávido mercado privado.

O novo governo e a nova gestão da empresa tiraram o Serpro da privatização, passo fundamental para acabar com a sanha privatista que havia em alguns grupos dentro e, com muita força, fora da empresa.

Infelizmente, nem tudo está saindo conforme a expectativa dos trabalhadores: a empresa manteve, com o risco de ampliação, a terceirização na área de desenvolvimento de sistemas; passa a utilizar um discurso de redução de custos, passa a ver o patrimônio físico do Serpro como um empecilho e busca de forma acelerada o compartilhamento dos espaços das regionais. Em alguns estados, foi tudo tão rápido, com o repasse de mais da metade dos prédios, e, agora, falta espaço para a empresa alocar pessoas e até guardar equipamentos. Além disso, os espaços de coworking não tem bons equipamentos para o trabalho, o que traz dificuldades para o pessoal que está em Home Office (HO) trabalhar presencialmente, tendo sido aventada, inclusive, a venda da sede em Brasília. Enquanto isso, a empresa tem mais de dois bilhões em caixa em aplicações e faz discursos como se estivesse em dificuldades financeiras.

Esta decisão da empresa poderá custar caro no futuro. Sabemos que, por vários motivos, existe a necessidade de encontros presenciais, como o trabalho, em alguns momentos, de uma ou outra equipe, além de espaço para adaptação dos novos concursados e várias outras demandas, inclusive para facilitar o contato e venda de produtos do Serpro para outras empresas, especialmente as do setor público, já que somos especialistas nesta área, mas também para as empresas privadas.

Chegamos a ler entrevista de diretores sobre os estudos que estariam sendo feitos para vender os prédios e procurar locação de espaços em todos os estados sem o devido



cuidado. Existe realmente vantagem em se desfazer do patrimônio público, perdendo a identidade com a empresa em onze estados?!

Os delegados e delegadas do Serpro na Plenária Nacional de Campanha entendem que esse projeto é um erro e que precisa ser descontinuado imediatamente para que, de forma democrática e participativa, a categoria possa conhecer e opinar sobre estes temas, sob pena de chegarmos numa situação irreversível. Afinal, essa gestão que afirma ser democrática e aberta ao diálogo, até agora, apesar de ter escutado nossos pedidos de suspensão ou moratória dessas medidas, segue com seu projeto.

**Delegados(as) da Plenária Nacional de Campanha Salarial 2024/2025 dos
Trabalhadores(as) do Serpro e Dataprev**